

Tenta-se

acordo para

dívidas Públicas estaduais

* 4 JUN 1993

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Um passo foi dado ontem na direção do entendimento entre o governo federal e os governadores, envolvendo o esquema de rolagem da dívida de estados e municípios que pretende refinar por vinte anos um estoque de US\$ 18 bilhões de débitos em atraso com os bancos oficiais federais e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O governador do Ceará, Ciro Gomes, sintetizou o apoio de seis governadores do Nordeste e também do governador de Santa Catarina, Wilson Kleinübing, em torno da proposta do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pela qual o limite de comprometimento da receita líquida dos estados para pagar a dívida dentro da rolagem seria de 9% no primeiro ano e de 11%, por ano, nos anos subsequentes.

"Com exceção da Bahia e da Paraíba, que não participaram da reunião que tivemos hoje (ontem) em Brasília, os demais estados do Nordeste fecharam com a proposta; e estamos negociando com São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais", disse Ciro Gomes, logo depois de levar a informação ao ministro Fernando Henrique. Na verdade, os quatro estados com os quais se negocia são os maiores devedores, respondendo por 85% do total da dívida.

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, disse ontem a Fernando Henrique, por telefone, que está interessado em uma solução rápida para a questão da rolagem da dívida, mas defende um encontro de contas: "Só a Copisa nos deve mais de US\$ 300 milhões em ICMS", disse o governador

Tenta-se acordo

para dívidas ...

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
segundo sua assessoria de imprensa. Por enquanto, apurou a editora Maria Christina Carvalho, o governo paulista ainda trabalha com a hipótese de comprometer até 10% da receita líquida, por ano, dentro do esquema da rolagem, preferindo pagar mais no primeiro ano e menos nos anos subsequentes.

De todo modo, a posição atual do governo do Estado de São Paulo é um avanço comparado à posição defendida até alguns dias atrás no sentido de que o máximo de comprometimento da receita líquida não ultrapassasse 7% por ano.

O governo federal, por sua vez, batia pé no nível de 11% no primeiro ano e de 15%, por ano, nos anos subsequentes. A posição do ministro Fernando Henrique, revisando a proposta para 9 e 11%, permitiu que as negociações fossem retomadas, mas ainda não garante um acordo.

O governo do Rio Grande do Sul, por exemplo, mantém sua posição em defesa do limite de 7% para comprometimento da receita líquida. "Não serve ao Rio Grande do Sul a proposta de comprometer 9% no primeiro ano e 11% nos anos subsequentes", disse o diretor da Junta Financeira do estado, Donato Morschbacher. Segundo explicou, o perfil da dívida dos estados do Nordeste é diferente do dos estados do Sul. "A deles é com bancos oficiais federais, com prazos médio

e longo, enquanto a nossa é mobiliária, com títulos rolados diariamente", observou Morschbacher.

No Estado do Rio de Janeiro, o secretário de Economia e Finanças, Cibilibs Viana, apoiou a proposta do ministro Fernando Henrique Cardoso de comprometer 9% da receita líquida no primeiro ano e 11% nos anos seguintes: "Para nós, que somos bons pagadores, é o ideal porque temos dispensado 17% da receita bruta do Estado do Rio de Janeiro (em 1992, a arrecadação foi de Cr\$ 23,1 trilhões) para pagamento de nossa dívida junto ao governo federal", atestou o secretário, segundo relato de Gilberto Pauletti, deste jornal.

Também o governo de Minas Gerais concordou com a nova posição do Ministério da Fazenda. O secretário de Fazenda do estado, Roberto Brandt, comentou com a repórter Elizabeth Rosa que apóia a decisão dos governadores do Nordeste. "Foi uma medida sensata e muito positiva, para se encontrar o consenso necessário para a aprovação da lei da rolagem da dívida dos estados", afirmou Brandt, que desde as primeiras discussões, ainda em 1991, acompanha de perto as conversas com o governo federal sobre a rolagem. A dívida de Minas Gerais soma US\$ 4,5 bilhões, sendo US\$ 2,7 bilhões de dívida mobiliária, US\$ 1,7 bilhão de dívida interna e US\$ 500 milhões de dívida externa. O estado tem mantido em dia os seus pagamentos.